

Relações Familiares em Deir el Medina.

Margaret Marchiori Bakos

Résumé:

Nous recherchons la vie et les familles des ouvriers de la ville Deir el Medina. Dans cette ville habitaient les ouvriers qui ont construit les tombes des pharons pendant le Nouvel Empire.

Deir el Medina é o nome da vila onde viveram os trabalhadores que construíram e decoraram as tumbas dos faraós, dos seus familiares e da nobreza, em um período brilhante do Egito Antigo: o novo reino.

Tutmés I, o terceiro faraó da XVIII dinastia, foi o provável fundador dessa povoação, criada em cerca de 1540 a.C., para abrigar os trabalhadores das necrópoles tebanas e suas famílias. A escolha do local para a tumba desse faraó determinou o lugar para a habitação dos artesãos de alto nível que iriam construí-la.

Deir el Medina situa-se no Alto Egito: em um pequeno e estreito vale, à margem esquerda do Nilo, em frente à cidade de Tebas, a qual se desenvolveu na margem direita desse rio, na área compreendida entre os dois santuários de Karnak, ao norte, e Luxor, ao sul, distantes um do outro aproximadamente 4 km.

Deir el Medina durou cerca de 450 anos, o que abarca o período da XIX e da XX dinastia. Do período de Ramsés III, no início da XX dinastia, cerca de 1198 a.C., resta-nos um censo, o qual revelou a presença de 120 lares e de mais ou menos 1200 habitantes na vila (TOSI, 1972, p. II).

O período de maior prosperidade desse vilarejo foi no decorrer da XIX dinastia. Já nos inícios do reino de Ramsés III, na dinastia seguinte, eram visíveis os sinais de decadência, indicada especialmente pela rápida subida do valor dos cereais. (KELLER, 1971, p. 32)

Poucos sítios arqueológicos do Egito faraônico permitem uma evocação visual tão clara, na atualidade, e legaram registros tão minuciosos da vida desses grupos humanos, em época tão longínqua, quanto a vila de Deir el Medina.

Os artesãos ligados à tumba recebiam o título de *sdm-rs m st mert* literalmente “Servidores na Sede da Verdade” (TOSI, 1972, p. II). Jaroslav Cerny foi quem estabeleceu a correspondência entre “Sede da Verdade” e tumba (em construção) do faraó reinante. A expressão indica, segundo ele, que os dedicados à tumba dependiam do faraó e faz supor um núcleo com atribuições religiosas de caráter funerário, próprio aos indivíduos que tinham por função o culto dos mortos.

Se, por um lado, o título “Servidores na Sede da Verdade”, conferiu a esses obreiros um caráter de seres especiais; de outro, instigou a curiosidade sobre os aspectos humanos e rotineiros de suas vidas. Muitos egiptólogos dedicaram-se a demonstrar que esses trabalhadores, tais como os da atualidade, revelaram necessidades de relações afetuosas com seus entes queridos, vivos ou mortos, de condições mínimas de trabalho e de moradia. As pesquisas empreendidas foram muito bem sucedidas sob todos os aspectos, devido à qualidade das fontes disponíveis.

Neste texto, buscarei resgatar a forma como se estruturavam as famílias dos operários, que ali viviam, e apontar exemplos de seus comportamentos afetivos, nas contingências da vida diária.

A fonte básica para este trabalho são os textos escritos ou pelas famílias operárias ou a seu respeito, transliterados e publicados em línguas modernas. Tais fontes informam, em ricos detalhes, o cotidiano daquelas pessoas e até permitem a realização de pesquisas prosopográficas.

As fascinantes buscas para entender as relações familiares, nessas fontes, têm enfrentado, segundo Cathleen Keller, no mínimo, cinco diferentes tipos de problemas:

1- A escassez de termos egípcios para definir os laços familiares

Eles criaram apenas seis palavras para exprimir os principais laços de parentesco: pai, mãe, irmão, irmã, filho e filha; para os demais usavam expressões compostas, como por exemplo, primo é ‘o filho da irmã de seu pai’. Tanto um amigo, como um irmão de sangue, de uma pessoa ou um adotado, podia ser referido como ‘irmão’.

Os antigos egípcios parecem ter sido carinhosos com os jovens. A adoção legalizada era prática corriqueira. Casos particularmente interessantes são as adoções, pelos escribas das tumbas, dos discípulos prediletos, os quais passavam a referir, nos documentos, seus dois pais. Os exemplos mais clássicos são os de Kenhirkhopshef, adotado pelo escriba Ramose e pela mulher como filho e herdeiro, e o de Ramose, adotado pelo escriba Huy e pela mulher.

É natural uma confusão na identificação dos parentescos, resultante do costume de referir os próprios filhos da mesma forma que os adotados e os filhos de apenas um dos cônjuges, bem como o de denominar igualmente os irmãos de sangue e os cunhados. Ocasionalmente, ainda, aparecem termos que designam os filhos dos filhos: os netos; mas tais relações entre as crianças, os pais e os avós raramente ficam bem evidenciadas, conforme explica Keller. (Keller, 1971, p.50)

2- Os erros e destruições de textos e de murais

São comuns os erros na escrita de expressões como ‘seu filho’ e ‘sua filha’, indicando muitas vezes, literalmente, a filha dela, quando deveria ser, pelo sentido do texto, a filha dele. Nesses casos, corriqueiros, é muito fácil perceber que o gênero do pronome possessivo foi afetado pelo final necessário das palavras no feminino. Este final era representado pelo hieroglifo correspondente à nossa letra “t”, o qual era colocado no final da palavra que constitui o nome, o substantivo. (KELLER, 1971, p.51)

Já em outros casos, como nas cenas parcialmente destruídas, os pronomes possessivos podem estar completamente perdidos, o que dificulta sobremaneira o entendimento do grau de parentesco das pessoas, pintadas nas ilustrações, se existentes. Exemplificando, em uma cena em que um casal sentado está recebendo homenagem de outro em pé, pelas convenções artísticas egípcias a dupla sentada representaria a geração mais velha que está recebendo o respeito da mais jovem, geralmente “seus filhos”. Entretanto se os nomes se perderam, torna-se difícil comprovar essa assertiva.

3- A tendência dos antigos egípcios para re-usar o mesmo nome de família em gerações consecutivas

Outro grave problema é que, tal como os modernos egípcios, os antigos costumavam perpetuar, através dos filhos, os nomes dos próprios pais e avôs.

Ao longo de 400 anos, em uma comunidade pequena como Deir el Medina, ocorre uma confusão de homofonia, principalmente pelo grande número de casamentos entre primos. Isso possibilita que o nome comum em uma família se torne comum em várias outras. Especialmente problemáticos, em Deir el Medina, eram os nomes Houy, Hay, Menna, Pashed, Amennakht, Amonhotep, and Hathor, Isis, Iy e Hel.

4- A inconsistência no uso de termos para falecimento

A expressão comum dos egípcios para “falecido” era o epíteto *m3'-hrw*, literalmente ‘verdadeiro de voz’ ou ‘justificado’. Embora o termo fosse convencionalmente usado para ‘falecido’, não significa, de acordo com Keller, que sempre se refira a uma pessoa morta. Ele podia ser usado para indicar um indivíduo, vivo, em um ritual, com vistas a provar que ele não tinha faltas morais. (Keller, 1971, p. 53)

5- As convenções artísticas egípcias de representar, de forma semelhante, as pessoas (vivas ou mortas)

Costuma-se afirmar que é muito fácil entender a representatividade da arte egípcia, porque ela tem convenções muito rígidas. Isto nem sempre é verdadeiro. Uma dessas convenções, muito importante segundo Tosi, é que, em geral, uma pessoa, ao fazer adoração, levanta os dois braços frente a uma divindade e somente um braço, para o falecido. Nem sempre, contudo, é possível identificar quem é o morto, nas representações das tumbas. Há casos em que os contemporâneos do falecido aparecem, nas cenas das tumbas, como convidados do banquete funerário e são homenageados pelos seus próprios filhos, também vivos.

Outro problema é que os egípcios apenas distinguiam, nas representações, dois estágios de desenvolvimento das gerações. Tanto os mortos como os vivos são sempre representados com a mesma idade, apenas as crianças eram representadas em tamanho menor ou nuas, com a cabeça raspada à exceção de uma madeixa.

Apesar das dificuldades da pesquisa, sobre época tão remota, é mister dizer que as cartas (genero não literário), as epígrafes e outros documentos constituem fontes extremamente ricas de informações sobre as relações familiares em Deir el Medina.

Vejamos, por exemplo, os processos pelos quais as propriedades eram herdadas ou transferidas. Salientamos um, em especial, denominado “Vontades de Naunakhte”. Nele são enumerados os pertences da viúva do escriba da tumba Kenhikhopshef, bem como a maneira como ela queria distribuí-los entre os seus filhos.

Em rápido confronto, a posição da mulher na sociedade egípcia era melhor que a de suas contemporâneas, no que tange às posses recebidas dos pais, do marido ou por ocasião da morte de um dos dois. Elas podiam herdar, transmitir e administrar propriedades, independentemente de seus companheiros, e tinham idoneidade para negociar e para fazer contratos

de todas as ordens com maridos, com amas de leite, com jardineiros, com comerciantes, etc.

Era-lhes facultado entregarem-se como escravas a um credor ou a uma autoridade do templo. Nesse caso, o senhor assumia com ela o dever de garantir o sustento e de arcar com os custos do enterramento. Ela tinha o direito de libertar seus escravos, o que muitas vezes implicava adotá-los.

As mulheres podiam repudiar seus maridos, solicitar divórcio e levar casos para julgamento em tribunais, onde podiam, naturalmente, comparecer como testemunhas de processos alheios.

O testamento de Naunakhte, uma mulher que viveu no decorrer da XX dinastia, ano 3 de Ramesses V, entre 1156-1151, ilustra o fato e ajuda a resgatar os sentimentos de uma mãe, naqueles tempos distantes.

Era facultado aos genitores distribuírem seus bens entre os filhos e esses, em contrapartida, precisavam demonstrar respeito, garantir a velhice e realizar os rituais funerários para os pais, ou nada receberiam do espólio. Os filhos também deveriam facilitar a concessão dos privilégios devidos aos irmãos mais velhos, orgulhar-se de sua própria prole e estimular as relações carinhosas, entre os parentes.

O testamento de Naunakhte é extraordinariamente claro nesse sentido, uma vez que ela explica por que tinha feito uma partilha arbitrária dos seus bens entre os filhos:

- 1- ser uma pessoa livre e dispor de bens;
- 2- ter educado oito filhos, dando-lhes vestimentas e tudo o mais de que necessitassem;
- 3- envelhecer e perceber que nem todos os filhos lhe dedicavam a atenção merecida.

Dessa forma, ela queria, em vida, dividir os bens entre os filhos merecedores, excluindo os demais. Ela selecionou como herdeiros de 1/3 de suas posses o operário Maaynahtef, o artesão Kenhikhopshef, o artesão Amenakht, a cidadã Wosnakhte e a cidadã Mauenakhte. Aos outros destinou apenas 2/3 de seus bens.

Só é possível entender essas disposições testamentárias depois de saber que Naunakhet fora casada duas vezes e que os herdeiros, referidos no testamento, eram filhos do primeiro marido, Khaémun, um simples artesão, e não do escriba Kenhikhopshef. Essa informação, como outras do gênero, não está evidente no testamento, os tradutores pinçaram-na das entrelinhas do texto. Provavelmente o tribunal local, perante o qual Naunakhet fizera sua declaração, era formado pela parentela, que conhe-

cia a sua história de vida. Todos os membros do tribunal, composto de quatorze pessoas, eram empregados no trabalho da tumba do rei.

Naunakhet possuía o simples título de cidadã, dado na época a todas as mulheres independentes. Nas palavras iniciais de suas vontades, ela declarava ser uma 'mulher livre'. Sendo velha, podia, pela tradição, esperar sustento dos filhos, em número de oito. Esses filhos, de acordo com suas palavras, ela não só os educara desde crianças, como os sustentara em casa até casarem e fundarem lares próprios, para o que ela ainda fornecera os equipamentos necessários.

A maior parte dos bens de que Naunakhte dispunha advieram-lhe por ocasião da morte do marido escriba. Tais posses ela repassava apenas aos filhos que a trataram com carinho ou com trabalho e comida. Aos demais, ela dispensou um tratamento severo, pelo corte dos benefícios materiais e pela ausência de indulgências.

Por essa postura, vimos que a atitude dos filhos para com os pais influenciava no relacionamento entre eles, bem como nas disposições testamentárias.

Se, por um lado, um filho podia ser definitivamente punido pelos pais, conforme as disposições de Naunakhte; por outro, existem evidências de que os laços afetivos familiares eram, em alguns casos, constantemente reforçados. Exemplo disso é a carta que o trabalhador Horemura endereçou à cidadã Tanedjesera, sua filha casada:

Você é minha boa filha. Se o trabalhador Baki a jogar fora de sua casa, eu tomarei uma atitude! Quanto à casa, esta é a que pertence ao Faraó (...), mas você pode habitar na ante-sala do meu depósito porque fui eu quem a construiu. Ninguém no mundo poderá tirar você daqui. (WENTE, 1990, p.147)

Horemura, ao oferecer moradia à filha, se ela fosse maltratada ou expulsa de casa pelo marido, manifestou desvelo paternal. Mostrou-nos ainda sua posição quanto ao usufruto de uma propriedade real, declarando explicitamente que dela dispunha apenas para o exercício de suas funções, o que excluía até mesmo a possibilidade de hospedar parentes.

O desvelo de um pai, o autoritarismo de um marido, a aflição de uma mulher diante da possibilidade de não ter onde morar, e a busca de apoio junto ao genitor são os sentimentos revelados por essa singela missiva.

Sabemos que os problemas entre cônjuges podiam ser resolvidos, como hoje, por separações formais, o que tornava o divórcio fato corriqueiro e exclusivo dos casais. Por isso, os egípcios preocuparam-se em

desenvolver algumas regras com a finalidade de prevenir e de solucionar disputas entre os cônjuges, visto que cabia à mulher, geralmente, um terço dos bens adquiridos em conjunto pelo casal.

A preocupação com uma separação futura dos jovens casais foi, em consequência, um sentimento dos noivos, mas também, e principalmente, dos respectivos genitores, face à ruptura dos laços afetivos e as eventuais perdas materiais advindas. Isso pode ser comprovado por um texto, de Deir el Medina, contido em uma **ostrakon** de calcário, do ano vinte e dois de Ramsés II, sobre o casamento da filha de Telmont, um trabalhador da vila. Pelo documento, sabemos que o pai, antes da união dos jovens, fizera ao Chefe dos Trabalhadores e ao Escriba o seguinte pedido:

Deixe Nekhmmut jurar um juramento para o senhor de que ele não irá abandonar minha filha.

O juramento foi feito tal como segue:

Assim como Amon vive e o governante vive, se eu um dia desertar da filha de Telmont, eu serei sujeito a uma centena de chicotadas e eu perderei tudo o que adquiri juntamente com ela.

Não sabemos o porquê da pena física, mas a entrega dos bens à mulher revela, no mínimo, um sentimento de avareza por parte daquele pai, desconfiado, ao que tudo indica, do comprometimento de Telmont na união com a filha.

Na missiva a seguir, evidenciam-se relações de parentesco ainda mais complicadas. Trata-se de uma carta de uma ‘senhora da casa’, denominada Takhentyshepse, dirigida a sua irmã Tye. Pela leitura do documento, entendemos que Merymaat, marido da missivista, estava ameaçando abandoná-la. A razão para isso, segundo a ‘senhora da casa’, era que Merymaat estava muito irritado com a ajuda que Takhentyshepse concedia a sua mãe, e de Tye. Vejamos o que diz a carta:

Vida, prosperidade e saúde!

Eu lhe enviarei a cevada, e você a moerá para mim e acrescentará trigo. E você fará pão para mim com isso, porque eu tenho estado brigando com Merymaat (meu marido). “Eu me divorciarei de você”, ele fica dizendo quando ele briga comigo por causa de minha mãe perguntar a quantidade de cevada requerida para o pão. “Sua mãe não faz nada por você”, ele fica dizendo e mais “Embora você tenha irmãos e irmãs, eles não tomam conta de você”, ele fala em discussões diárias. E ainda: “Agora veja, isto é o que você tem feito para mim desde que eu tenho morado aqui, ao passo que todas as pessoas fornecem pão, cerveja e peixe diariamente (para

seus membros da (família). Em resumo, poderia você dizer algo, você terá que voltar para a terra preta, será bom para você se tomar nota.” (WENTE, 1990, p.147)

Pela carta, vinda de Deir el Medina, da XIX dinastia, inferimos o drama de Takhentyshepe, causado pelos protestos do marido, porque ela estava sendo caridosa com a mãe. Isso revela um pouco do que acontecia entre as paredes das casas. Tais ilações, se, por um lado, valorizam a sensibilidade daquelas pessoas; por outro, impõem questões irrespondíveis. Podemos pensar que, no Egito Antigo, tal com hoje, a violência e o egoísmo estavam mais fortemente presentes na intimidade dos recintos privados? Ou estaria Takhentyshepe exagerando, para a irmã, o acirramento do relacionamento entre ela e o marido, apenas na busca de libertar-se dos encargos para com a mãe de ambas? Dificilmente saberemos a resposta, mas, entendida por qualquer um dos lados, a leitura resgata uma cantilena egoísta, a evidenciar e a comprovar a antiguidade desse sentimento.

Ainda trabalhando com a correspondência para evidenciar relações familiares, é fundamental referir a troca de cartas entre os vivos e os mortos. Como os egípcios consideravam a morte uma extensão da vida, era fato comum que eles buscassem comunicar-se com os parentes mortos.

Os egípcios viam os mortos como entidades com sabedoria e poderes capazes de iluminar a vida dos sobreviventes. Diferentemente de outras sociedades, os defuntos, para os egípcios, não eram na essência malignos. Como os vivos, eles sofriam oscilações no humor, em decorrência do tipo de relação afetiva que os sobreviventes com eles mantinham. Tais laços sentimentais influenciavam os defuntos a proteger ou a atormentar os parentes vivos.

Na impossibilidade de analisar, nesta exposição, uma série de cartas, escolhemos algumas, como a mensagem de um marido a sua esposa morta, escrita no decorrer do Primeiro período intermediário:

Foi sem descontentamento na sua parte contra mim que você foi trazida para a cidade da Eternidade.

Se é o caso de que essas injúrias estão sendo infligidas contra sua vontade, seu falecido pai continua influente (na) necrópolis. Se há alguma reprovação no seu coração, esqueça isto pela saúde de suas crianças. Seja bondosa, que os deuses do nomo Thinita serão bons para você.

Esse marido parece acreditar que a esposa não é responsável pelos problemas que sofre. Por isso, pede-lhe que fale com o pai influente na necrópole, e também morto, para ajudá-lo.

O marido admoesta a mulher morta, diz-lhe que os filhos também serão beneficiados com a ajuda dela. E os deuses serão generosos na medida em que ela o for. A chantagem emocional é leve em relação a outras missivas, mas reveste a carta de um tom prepotente, embirrento e orgulhoso.

Mais suplicante é a carta que Merirtyfy manda para sua mulher morta:

Como está você? Está o ocidente cuidando de você (conforme) seu desejo? Desde que eu sou o seu amado na terra, lute em meu favor e interceda em meu benefício. Eu não deturpei sua presença quando eu perpetuei o seu nome sobre a terra. Remova a enfermidade do meu corpo! Por favor, torne-se um espírito para mim (em frente) a meus olhos. Então eu poderei ver você, como em um sonho, lutando a meu favor. Eu depositarei oferendas para você (tão logo) o sol levante (...)(WENTE, 1990, p.215).

Deir el Medina era um vilarejo do deserto, e seus habitantes viviam em torno de uma atividade comum: as construções das tumbas. Pelas inscrições deixadas nos próprios jazigos, por eles construídos em dias de folga, intitulavam-se “trabalhadores da pedra”. Organizavam-se em diferentes níveis de hierarquias e chefias: arquitetos, diretores de trabalhos, escribas, serviçais. Entre eles encontravam-se artistas: pintores, escultores, desenhistas; artesãos: pedreiros, cavadores, carregadores de água e de materiais, bem como ‘os guardiões’ e todos aqueles que proviam a população: pescadores, caçadores, procuradores de mel, etc.

Segundo Cerny, todos aqueles que já possuíam um título na administração da necrópole, como os chefes dos artesãos (TOSI, 1972, p.12), os escribas, os ‘*idnw*’, utilizavam-no também em suas inscrições funerárias. Para os simples artesãos era dado o título ‘servidor’, que, ao mesmo tempo, pretendia significar a humilde posição do titular e frisar que cada egípcio era servidor do rei ou de alguma divindade.

Dos relatórios trocados entre o prefeito da cidade ocidental de Tebas, da qual Deir el Medina dependia, e a polícia encarregada de vigiar e de reprimir as freqüentes tentativas de furto nas tumbas reais, ficam evidenciados os problemas das pessoas que, em um vale do deserto, vivem em regime de confinamento, bem distantes dos maiores agrupamentos humanos. Eles também indicam a origem humilde dessa população, o que nos induz, segundo Tosi, a entender, nas relações de trabalho, a submissão que eles suportavam, embora fossem pessoas livres. E a compreender as razões que os levaram a aceitar esse desterro e trabalho, dadas as vantagens materiais proporcionadas.

Assim as atribuições em Deir el Medina tendiam a tornar-se hereditárias, e a formação das novas gerações fazia-se dentro dos muros da vila e do Vale dos Reis.

Isso permitiu a reconstituição da história de muitas famílias de artesãos de alto nível, como a dos descendentes do escriba Ipuy. Yaroslav Cerny, egiptólogo renomado, realizou uma extraordinária pesquisa, nesse sentido, a partir da descoberta de um grafite, encontrado em uma rocha, na vila. O autor, denominado — Dhutmose — “um escriba real”, indicava e escrevia os familiares que o tinham precedido na função e seus nomes:

seu bisavô — “o escriba real” — Amennakhte’

seu avô — “o escriba real” — Harshire,

seu pai — “o escriba real” — Kha’emhedje

Seguindo outras fontes documentais, Yaroslav conseguiu descobrir que o filho e o neto de Dhutmose também se tornaram “escribas reais”, denominados respectivamente Butehamun e Ankhefenamun. Yaroslav concluiu que eles formavam, no total, uma família de seis escribas, em uma linha direta de descendência.

Através da análise de uma extensa documentação, em hieróglifo e em hierático, Yaroslav reconstituiu suas histórias de vida, das quais exporemos alguns aspectos.

No ano 16 da indicação de Amennakhte como escriba, começava o reinado de Ramsés III (1194-1163 a.C.). Com um nome muito comum, ele sempre é referido como Amennakhte, filho de Ipuy, (CERNY, 1973, p. 342), o escriba.

Amennakhte teve nove filhos. Todos foram, em várias ocasiões, designados como escribas, mas somente um se tornou o ‘escriba da Tumba’ e sucessor do pai. Chamava-se Harshire e era, provavelmente, o mais velho de todos os irmãos.

Os eventos mais dramáticos da carreira de Amennakhte foram provavelmente as diversas greves do ano 29 de Ramsés III, XX dinastia, entre 1194-1163 a.C. Ele precisou esforçar-se muito para trazer os homens de volta ao trabalho. Ele precisava conseguir as rações de cereais e de lenha e distribui-las na hora e na quantidade exata. Temos registro de que, em uma ocasião, quando os cereais demoraram vinte dias para chegar à vila, Amenhekharet se socorreu das reservas do templo funerário de Horemheb, nas proximidades de Deir el Medina. Tais manipulações nem sempre eram possíveis, e todos os alimentos deviam ser pesados com uma medida especial, onde estava a inscrição de uso em hierático, ‘autorizada pelo escriba Amennakhte’.

Como 'escriba da tumba', ele tinha ainda os deveres de 'magistrado': fazia as pessoas jurarem antes de prestarem testemunho, inspecionava os trabalhadores e resolvia sobre a procedência de denúncias feitas, entre eles. Era ele também quem registrava tudo isso. (CERNY, 1973, p. 347)

A importância do cargo que ocupava e o fato de morar dentro da vila não poupavam os 'escribas da Tumba' de sofrerem acusações pessoais ou a sua família. A casa do escriba Amennakht, por exemplo, constava na lista das habitações a serem vasculhadas na busca de um ladrão, num oráculo de Amenófis I. E uma de suas filhas foi acusada do furto; após uma queixa apresentada por um artesão, o cinzelador Kaha. (CERNY, 1973, p. 349)¹

Como a tumba de Amennakht está desaparecida, não se sabe exatamente quando ele faleceu. É certo que seu filho — Harshire —, mencionado regularmente entre os anos 23 de Ramsés III e 2º de Ramsés IV, foi um dos homens que controlavam as rações dos trabalhadores.

Para ilustrar melhor a posição vulnerável dos escribas, algumas **ostraka** revelam, em tom acusatório, que Harshire teria recebido alguns objetos como suborno para promover filhos de trabalhadores. (CERNY, 1973, p. 354)

O neto de Harshire — também 'escriba da tumba' — Dhutmose — com sua preocupação em registrar seus ancestrais, deixou contribuições importantes para a história de Deir el Medina, pela ilustração de uma das formas de transmissão de ofícios e por mostrar-se preocupado pelo bem-estar de seus familiares.

Isto é atestado pela correspondência que ele enviou a amigos e companheiros de ofício, sempre que se ausentou da vila. Nela, invariavelmente solicitava que cuidassem de Hemtshere, sua segunda esposa, com quem tivera uma filha, e da esposa de seu filho Butehamun, bem como dos dois netos, por parte deles.

Tais cartas foram enviadas de lugares diversos, como Heracleópolis, Hermópolis, Elefantina e Núbia. Felizmente, dispomos das respostas que ele recebeu de Butehamun (o filho), Hemtshere (a esposa) e Shedmdê, a nora.

É extremamente carinhosa a forma como eles se comunicavam entre si. Dhutmose lamentava-se por não ter Hemtshere junto dele. Seus queridos também se preocupavam com a segurança dele, especialmente quando estava na Núbia, onde havia lutas e, por isso, aconselhavam-no a ficar longe dos campos de batalha. (CERNY, 1973, p. 369)

Dhutmose, que não gostava de viajar, mas precisava por ofício, para levar alimentos e armas (lanças) para a Núbia, costumava rezar, no tempo em que estava fora de Deir el Medina, e fazer oferendas aos deuses locais.

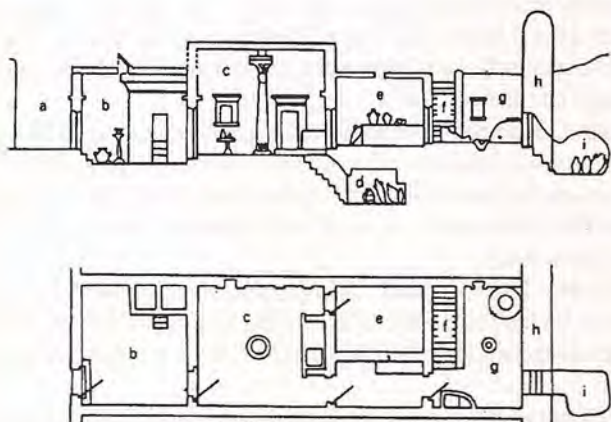
Os trabalhadores de Deir el Medina eram também recrutáveis para as guerras. Eles eventualmente procuravam fugir desse dever, atravessando o Nilo e misturando-se ao povo de Tebas.

Dhutmose, quando em Elefantina, sempre escrevia aos parentes dos que não tinham tido tal sorte e lutavam na Núbia. Dava notícia dos soldados e pedia que os parentes não se preocupassem, pois os soldados estavam a salvo e prósperos.

Os freqüentes nomes estrangeiros que compõem a onomástica da vila de Deir el Medina evidenciam as relações do Egito com a Síria, as campanhas militares na Líbia e na Núbia, e também revelam a proveniência dos trabalhos, nas diferentes regiões do Egito.

Entre esses indivíduos, assim diversos, aparecia de tanto em tanto alguém que, pelo talento e pela habilidade nas intrigas, atingia os mais altos cargos e tornava-se propriamente um personagem. (TOSI, 1972, p. 13)

Tosi cita, como exemplo, Ramose, filho de um mensageiro e entregador de cartas que, por relacionar-se muito bem com os escribas, conse-



Plano de uma típica casa de trabalhadores em Deir el Medina: a) rua; b) sala do leito fechado; c) sala de recepção, conhecida como 'sala do divã'; d) porão semi-enterrado; e) uma pequena peça; f) escada para o terraço; g) cozinha; h) muro da vila; i) porão. In: JAMES, T.G.H., *Pharaoh's People*, Oxford University Press, 1985, p. 232.

guiu que eles ensinassem os hieróglifos a seu filho. Desde sua estada na Casa de Menkheperuré, nome egípcio para o Faraó Tutmosis IV, Ramose aparece nos textos como assistente de escriba. Isso mostra que possivelmente foi lá que ele aprendeu os hieróglifos.

Pelo cálculo dos reinados que vivenciou, calcula-se que Ramose tivesse 35 anos quando foi apontado “escriba da Tumba”. Ele foi o exemplo de como um modesto desenhista, ótimo em caligrafia, pôde tornar-se escriba, subir na hierarquia administrativa, chegando a prefeito da cidade e ao grau de porta-estandarte da direita do rei. Ramose foi ainda membro do tribunal corporativo da metrópole, escriba real, escriba do Templo Funerário de Tutmosis IV, 1401-1391, escriba do tesouro e teria chegado ao ápice da carreira — Vizir — não fosse sua morte prematura.

Yaroslav Cerny afirma que Ramose e sua mulher — Mutemwia — foram estimados pelos trabalhadores de Deir el Medina. Eles não tiveram filhos e adotaram o jovem escriba Kenhikhopshef, como afirmamos acima, da mesma forma como Ramose tinha sido adotado pelo ‘escriba da tumba’ Huy e sua mulher. (CERNY, 1973 , p.326).

Em Deir el Medina ainda é possível visualizar os lugares onde se desenvolvia a vida dos trabalhadores. Isso é raro, no Egito, dadas as enchentes, que tornavam exíguos os locais para moradia e obrigavam os egípcios a erguerem novas casas sobre as ruínas das anteriores.

Durante cerca de quinhentos anos, esse fenômeno ocorreu em Deir el Medina, o que manteve a estrutura da vila, até a atualidade.

As casas mais antigas, da XVIII dinastia, eram construídas totalmente de tijolos e não tinham alicerces; os quarteirões primitivos eram de fato edificadas sobre terreno duro do leito superior do riacho seco, que atravessava longitudinalmente o vale. (TOSI, 1972, p.13)

Os quarteirões mais recentes, construídos no decorrer da XIX e XX dinastias, encontravam-se, diferentemente, na parte inferior do riacho e esta parte, cheia com os detritos da dinastia precedente, era aplanada, a fim de que a vila se expandisse no mesmo nível. As casas possuíam alicerces de pedras grês, de 2,5 m acima do nível do solo, para formar uma base mais sólida, e paredes em tijolos, até o teto.

Os muros externos das casas eram altos, de 3 a 5 m, e a parede dos fundos era geralmente encostada às muralhas que cercavam a vila.

Os telhados eram sempre planos, com a dupla função de cobertura e de terraço. A sua estrutura era constituída de troncos de árvores, mais precisamente de tamareiras e de plantas de junco, recobertas com lama por uma espessura de 10/20 cm, para proteger da temperatura externa.

Os tetos nunca eram pintados. O pavimento das peças era de chão batido e somente algumas peças de casas ricas possuíam um pavimento de estuque pintado de branco e vermelho. Havia escadas bem construídas, para o terraço e para o porão, mas faltavam banhos e latrinas.

As casas da vila, pela limitação de espaço, apresentavam uma uniformidade quase total de dimensões, disposições e número de peças.

As casas de fora dos muros fugiam às regras de disposição interna, conservando todavia as mesmas características em qualquer local.

A disposição da casa compreendia, a partir do ingresso na rua, até o fundo, junto ao muro da fortaleza:

1) uma sala de recepção rebocada que se abria diretamente para a rua e que comunicava, na extremidade oposta, com a segunda câmara. Esta sala, posta sob o nível da rua, tinha geralmente em um canto uma construção retangular de tijolos, similar a um leito, precedido de alguns degraus, que lembrava uma cama, daí o nome: 'sala do leito fechado'. Muitas vezes era decorado com um mural com a imagem de Bes, protetor das mulheres, mas não era apenas para essa divindade;

2) sala de recepção ao nível da rua, também rebocada, maior e mais alta do que a precedente e quase sempre com uma coluna ou duas para segurar o teto, por vezes decorada por um pequeno altar e por nichos, e invariavelmente mobiliada com uma espécie de divã retangular de tijolos, daí o nome 'sala do divã'. Com freqüência, abaixo dessa sala, havia um porão semi-enterrado, que podia servir para guardar os objetos preciosos, os instrumentos de trabalho e os paramentos para festas;

3) um pequeno quarto e duas peças gêmeas sem decoração com funções de cubículos, de depósito, ou sala de trabalho para mulheres. Estas peças comunicando com a sala do divã e com a cozinha, serviam também como quarto de dormir. É evidente que, sem estas peças, a casa teria sido muito exígua para hospedar famílias prolíficas, embora se usasse o terraço para dormir nas noites quentes;

4) uma cozinha e por vezes uma 'antecozinha' na qual se preparava o pão e o alimento. A cozinha continha o suprimento de água, o forno para o pão e um altar. E em quase todas as cozinhas, havia pequenos 'naoi' dedicados a Mertsger e a Renenunet, as deusas protetoras da vila, postos em nichos de pedra escavadas no muro perto do forno;

5) corredores;

6) duas escadas: uma levava ao terraço e outra ao porão cantina;

7) um porão para armazenar provisões e, às vezes silos para grãos. Os silos de Deir el Medina eram sempre quadrados e retangulares, enquanto em outros lugares eram arredondados.

Nesses espaços privados, os habitantes de Deir el Medina sabiam-se vigiados pela polícia local — os Madjois. Eles ouviam os vizinhos e viam as cenas de rua, diárias, dos telhados de suas casas. Eles se comunicavam, por cartas, com amigos e com pessoas de fora da vila, e pediam coisas que faltavam, principalmente de cunho material. Nas suas habitações, eles amavam, criavam os filhos, desentendiam-se entre os próprios familiares.

As informações que deixaram essas famílias de artesãos remetemos a um egípcio antigo bem diferente daquele de que a historiografia tradicional e a iconografia nos falavam. Eles se revelam gente como a gente, cúmplices da natureza e dos seus deuses e, nesse sentido, mais diplomatas do que nós.

Bibliografia

- ČERNÝ, Jaroslav. *A community of workmen at Thebes in the Ramesside period*. Cairo, Institut Français d'Archaeology orientale du Caire, 1973.
- . "The will of Naunakhte and the related documents". *Journal of Egyptian Archaeology*, v. 31, p.29-53, 1945.
- MONICA, Madeleine Della *La classe ouvrière sous les Pharaons Etude du village de Deir el Medineh*. Paris, Librairie D'Amérique et D'Orient, 1973.
- KELLER, Cathleen. *The painters of Deir el-Medina in the Ramesside period*. Dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, University of California, Berkeley, 1971.
- TOSI, M. & ROCCATI, A. *Stele e altre epigrafi di Deir el Medina*. Torino, Ed. D'Arte Fratelli Pozzo, 1972.
- WENTE, Edward. *Letters from ancient Egypt*, Georgia, Scholars Press, 1990.